



BOLETIM

GEOCORRENTE

11 de março de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 134

O PROTAGONISMO DA UNIÃO EUROPEIA NA SEGURANÇA MARÍTIMA DO GOLFO DA GUINÉ

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



BOLETIM GECORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GECORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

INDÍCE

AMÉRICA DO SUL			
A responsabilidade marítima chilena.....	5	A influência russa na África e no Oriente Médio e a base naval em Porto Sudão 11	
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		LESTE ASIÁTICO	
A visão estratégica do governo Biden para a segurança	6	China-Paquistão: um relacionamento win-win no tabuleiro regional 12	
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUL DA ÁSIA	
O protagonismo da União Europeia na segurança marítima do Golfo da Guiné	6	Perspectivas para o orçamento de Defesa indiano	
EUROPA		SUDESTE ASIÁTICO	
A Estratégia Indo-Pacífico da França e o Mar do Sul da China	7	Dificuldades de reaproximação dos EUA no Sudeste da Ásia	
Portugal e a relevância do mar para sua transição bioeconômica	8	Mudanças na política de defesa da Indonésia	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		TEMAS ESPECIAIS	
Território sírio no meio de uma guerra entre Israel e Irã	9	Os desafios trazidos pelas armas letais autônomas	
RÚSSIA & Ex-URSS		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
As Ilhas Curilas e o fim da II Guerra Mundial	10	Calendário Geocorrente.....	
		Referências.....	
		Mapa de Riscos.....	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

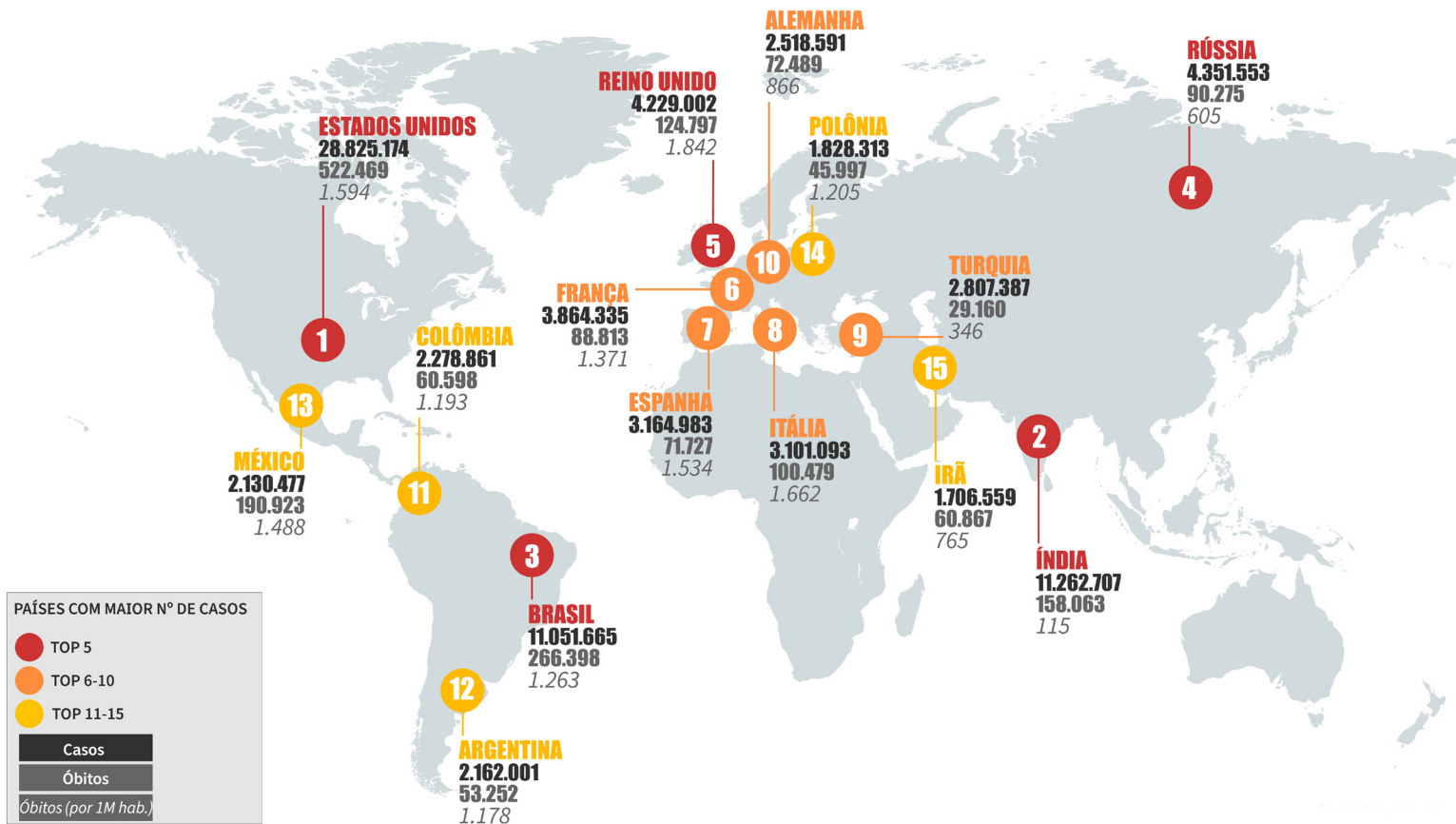
Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 10 de março de 2021.



PAÍSES COM MAIOR Nº DE CASOS

- TOP 5
- TOP 6-10
- TOP 11-15

Casos

Óbitos

Óbitos (por 1M hab.)

ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Países com mais doses aplicadas*				
#	País	Doses aplicadas (milhões)	População vacinada (%)	Vacinas
1º	Estados Unidos	93,69	28,0	Moderna Pfizer/BioNTech
2º	China	52,52	3,6	Sinovac Sinopharm
3º	Índia	24,37	1,8	Oxford/AstraZeneca Covaxin
4º	Reino Unido	23,77	35,0	Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
5º	Brasil	11,36	5,3	Oxford/AstraZeneca Sinovac
6º	Turquia	10,22	12,1	Sinovac
7º	Israel	8,98	103,7	Moderna Pfizer/BioNTech
8º	Alemanha	8,16	9,7	Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
9º	Rússia	6,69	4,6	Sputnik V
10º	EAU**	6,33	64,0	Pfizer/BioNTech Sinopharm Sputnik V

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).

**Emirados Árabes Unidos

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

A responsabilidade marítima chilena

Carlos Silva Júnior

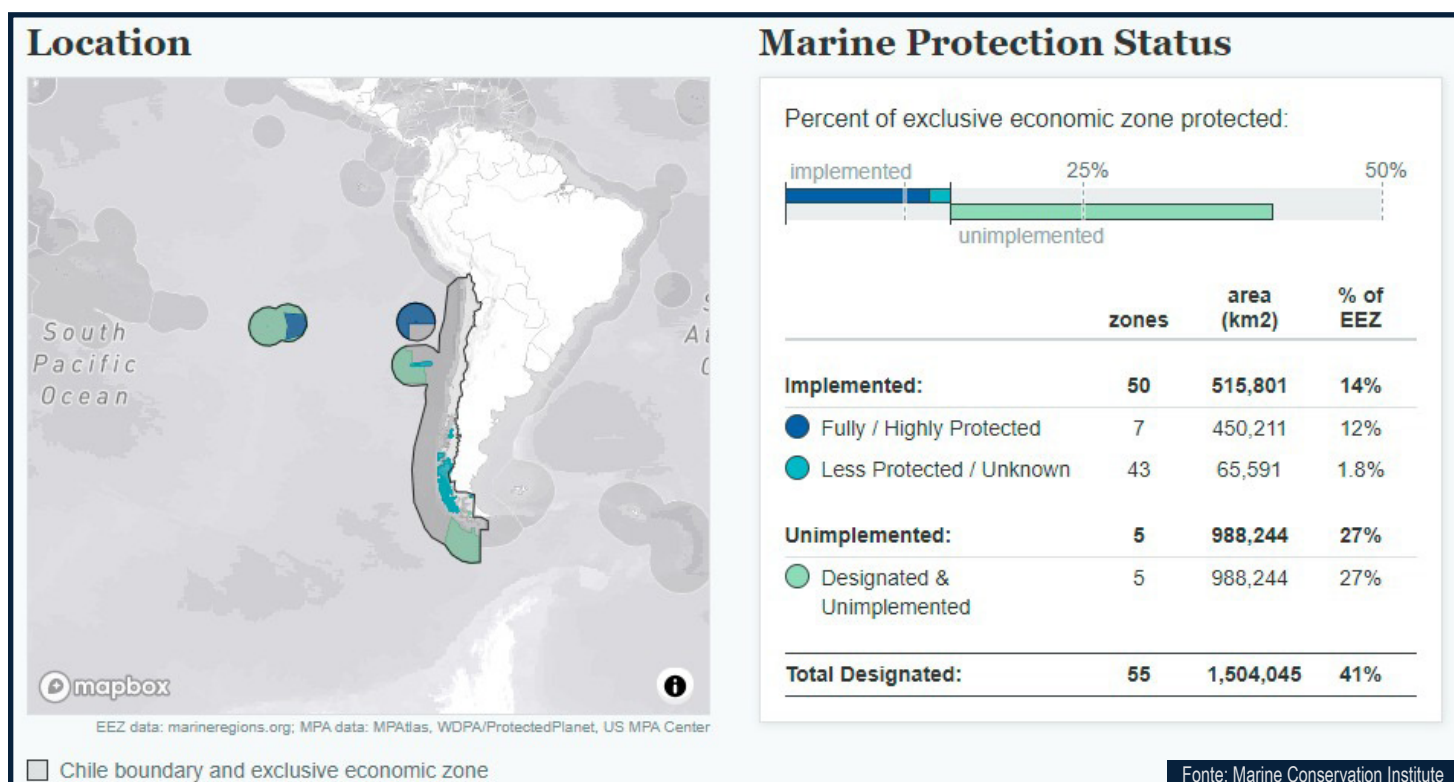
O Chile possui um vasto território marítimo. Estando entre as 15 maiores Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) do planeta, o país destaca-se com 42% da sua ZEE delimitada como Área de Proteção Marinha. Ademais, dispõe de uma preocupação histórica com a temática oceânica e um posicionamento privilegiado ao ser costeiro dos oceanos Pacífico e Antártico. Por isso, cabe analisar como o país responde à necessidade de vigilância do seu território marítimo de grande escala.

Recentemente, a DIRECTEMAR, instituição da Marinha chilena responsável por zelar pela proteção dos recursos naturais, da navegação e da vida humana no espaço marítimo, abriu um processo de *Request for Information* (RfI) para empresas nacionais e internacionais para o projeto *Vigilum*. Esse projeto prevê a implementação de um sistema de radares e drones, bem como a criação de uma infraestrutura de dados geoespaciais para melhorar o processo de vigilância, controle, alerta e resposta às ilicitudes, como pesca ilegal e narcotráfico, na área marítima chilena, cerca de 3,6 milhões de km².

Ainda à espera da aprovação e financiamento do Ministério da Defesa, o *Vigilum* já estuda o uso de radares

de ondas de superfície de alta frequência (SWHFR, sigla em inglês), que possuem um alcance de até 200 milhas náuticas, em conjunto aos veículos aéreos não tripulados, dos tipos VTOL (decolagem e pouso vertical) e MALE (média altitude e largo alcance). Também, aparece como alternativa a iniciativa britânica *Satellite Enhanced Maritime Domain Awareness for Chile*, que foi elaborada em 2017, através do programa de cooperação da Agência Espacial do Reino Unido, mas não evoluiu pelo seu custo, e como um desdobramento do novo *Sistema Nacional Satelital*, anunciado em outubro de 2020, que criará uma rede de três satélites, sendo um deles construído no Chile.

Dessa forma, considerando o exposto e sua vocação marítima, baseada na sua geografia e construída ao longo dos seus interesses de soberania nacional e de inserção internacional, percebe-se a atenção chilena ao desenvolvimento polivalente e intersetorial das suas Forças Armadas, de pessoal e material da sua Marinha, e também alinhado ao desenvolvimento científico-tecnológico nacional. O país andino também deverá manter essa postura na sua nova constituinte, reforçando a consciência e responsabilidade marítimas no âmbito nacional, como suporte aos anseios internacionais.



A visão estratégica do governo Biden para a segurança

Jéssica Barreto e Bruno Carvalho

A política externa estadunidense na gestão Biden-Harris contrasta cada vez mais com a gestão de Donald Trump. Após quase três anos do último documento de segurança nacional, a *Interim National Security Strategic Guidance* (INSSG), publicada em 03 de março de 2021, reafirma prioridades trazidas por Biden ao longo da campanha eleitoral ([Boletim 131](#)), ao mesmo tempo em que se aproxima da agenda defendida por Barack Obama em seu primeiro mandato. Em um contexto internacional cada vez mais complexo, é interessante comparar os principais pontos do documento com a gestão anterior.

Apesar de caracterizar a China como competidora e a Rússia como revisionista, o documento se diferencia da perspectiva de competição de grandes potências e ênfase no desenvolvimento econômico *per se*, com uma visão estratégica mais holística da segurança dos EUA inextricavelmente ligada à estabilidade do ambiente internacional. Há, portanto, uma preocupação marcante com um posicionamento de liderança estadunidense frente aos desafios trazidos pela Pandemia, Crise Climática e Quarta Revolução Industrial. Para o novo governo, o foco da política externa tem que ser voltado para a diplomacia, valorização das instituições internacionais,

arranjos de segurança coletiva e defesa dos direitos humanos e grupos minoritários.

Outro ponto de divergência entre eles é a concepção de desenvolvimento econômico. Apesar de presente no documento, assumindo que a segurança econômica e segurança nacional são sinônimos, a abordagem do INSSG traz como necessário o foco nas famílias e não no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou lucro das grandes empresas, alertando que a política econômica internacional precisará servir a todos os estadunidenses. Para tanto, diferentemente da postura cética de Trump quanto à Organização Mundial de Comércio (OMC), Biden-Harris procurarão buscar alianças e “reformular a OMC para que ela funcione como suporte para empregos nos EUA e valores que compartilhamos com o resto do mundo”.

Assim, é possível perceber que a guinada de Biden se mostra alinhada à política externa clássica dos EUA, afastando-se nitidamente da gestão anterior. Se há semelhanças com as práticas de Obama em seu primeiro mandato, é de se ressaltar que, de maneira análoga à crise global de 2008, Biden enfrenta, possivelmente, a maior crise sanitária e, conseqüentemente, econômica do século XXI.

DOI 10.21544/2446-7014.n134.p06.

ÁFRICA SUBSAARIANA

O protagonismo da União Europeia na segurança marítima do Golfo da Guiné

João Victor Marques

A insegurança marítima do Golfo da Guiné (GoG, sigla em inglês) está em escalada, suscitando esforços entre atores regionais e extrarregionais. As especificidades deste espaço marítimo exigem dois compromissos: respeito à soberania dos Estados costeiros, depositada no arcabouço legal-institucional da Arquitetura de Yaoundé (2013); e, cooperação para financiar e construir capacidades locais. Questiona-se, então, como a União Europeia (UE) tem equilibrado esses compromissos em suas decisões políticas para o GoG.

O relatório sobre pirataria e roubo armado do *International Maritime Bureau* registrou, entre 2019 e 2020, um aumento de 64 para 82 incidentes no GoG. Destacam-se os 22 casos (17 em alto mar) com 130

tripulantes sequestrados (95% dos casos globais) e os 80% de ataques portando armas de fogo. Diante da crescente sofisticação, escopo e impacto dos crimes marítimos, o Conselho da UE aprovou em 25 de janeiro de 2021 o lançamento do primeiro projeto-piloto da iniciativa “Presença Marítima Coordenada” (CMP, sigla em inglês) para o GoG, que torna a região uma Área Marítima de Interesse sob coordenação de um Estado-Maior sob o escopo da UE.

A UE e, especialmente, a presidência portuguesa no seu Conselho (janeiro-junho/2021) reforçam, via CMP, a relevância do GoG ao buscar na presença naval dos Estados-membros a coordenação e o incremento da consciência situacional marítima na área. Trata-se também >>>

de um passo militarmente assertivo e complementar, reconhecendo a insuficiência das diversas iniciativas de cooperação sustentadas pelo Plano de Ação 2015-2020 a UE, para assegurar a segurança marítima da região. Embora sejam continuamente financiados projetos de capacitação local como a Rede Inter-regional do Golfo da Guiné, responsável pelo sistema de informação YARIS; espera-se maior estímulo a exercícios navais europeus. Já sob a CMP, o NRP *Setúbal* da Marinha de Portugal suspendeu para o GoG em 01 de março para compor, durante três meses, a Iniciativa Mar Aberto — prioritária

a países africanos de língua portuguesa

Assim, continua-se a Estratégia da UE para o GoG (2014), mas há uma reconfiguração de pesos entre financiar capacidade regional e presença militar extrarregional. Por um lado, os reflexos apontam para um maior protagonismo da UE na colaboração transatlântica e estímulo a Estados resistentes a forças exógenas, como a Nigéria, a aprimorarem suas Marinhas. Por outro, a maior militarização do GoG pode focar excessivamente nos sintomas, ao invés das causas socioeconômicas estruturais da insegurança marítima.



DOI 10.21544/2446-7014.n134.p06-07.

EUROPA

A Estratégia Indo-Pacífico da França e o Mar do Sul da China

Thaïs Dedeo

Nos últimos anos a França vem intensificando sua presença militar no Mar do Sul da China (MSC), o que tem tensionado as relações com a China. Iniciada no dia 18 de fevereiro, a missão *Jeanne D'Arc* direcionará o porta-helicóptero anfíbio *Tonnerre* e a fragata *Surcouf* para a região. Vale lembrar que, em 2019, a fragata francesa *Vendemiaire* havia sido acusada de adentrar as águas jurisdicionais chinesas no Estreito de Taiwan, o que foi negado pela França. Já em fevereiro deste ano, o submarino nuclear de ataque *Émeraude* e o navio de apoio *Seine* da operação *Marianne* também foram detectados pela Marinha chinesa no MSC. Embora nenhum dos incidentes tenha provocado fortes reações de Pequim, o que explica essa projeção militar francesa e a tomada de risco envolvido nesta postura?

A *Marine Nationale* é central para a implementação da Estratégia de Defesa Indo-Pacífica de 2019,

protegendo interesses e territórios franceses. A França possui a 2ª maior Zona Econômica Exclusiva do mundo, 93% desta localizada na zona Indo-Pacífica, com territórios ultramarinos que contabilizam 1,5 milhão de habitantes e 8.000 militares. O fato da missão *Jeanne D'Arc*, encarregada da importante tarefa de formar os futuros oficiais franceses, direcionar-se cada vez mais para o Indo-Pacífico e ao MSC nos mostra a crescente importância desta região para Paris. A Missão realizará diversos exercícios militares passando pelo Canal de Suez até o Oceano Pacífico.

A presença francesa na região Indo-Pacífico não é recente, mas a intensificação da presença militar no MSC, sim; postura que reforça sua capacidade de projeção. Este posicionamento também gera credibilidade face a aliados estratégicos e a países da região ao se posicionar enquanto garantidor da liberdade de navegação, »

permitindo consolidar parcerias militares. Ademais, esta postura projeta a França nesta região, que possui diversos territórios estratégicos ricos em recursos naturais, como a Nova Caledônia, que possui uma influência cada vez maior da China.

Portanto, ainda que a França venha intensificando sua presença, a projeção de Paris exige um jogo de equilíbrio com Pequim, pois se trata de um parceiro estratégico importante para a França e para a União Europeia.



DOI 10.21544/2446-7014.n134.p07-08.

Portugal e a relevância do mar para sua transição bioeconômica

Marina Autran

A sustentabilidade se tornou um dos assuntos mais importantes para a União Europeia na última década. Dentro desse contexto, o desenvolvimento de bioeconomias está no centro das discussões. Portugal tem uma bioindústria contribuindo com cerca de US\$ 23 bilhões, colocando o país em uma posição privilegiada no bloco. Considerando essas questões, é importante a reflexão acerca da relação entre a bioeconomia e os recursos marítimos portugueses.

A associação europeia “*Bio-Based Industries Consortium*” realizou um relatório sobre Portugal, atualizando uma versão de 2018. Ele indicou que o poder econômico, potencial de inovação e fartura de matéria-prima de biomassa podem tornar o país em um forte parceiro da bioeconomia na Europa. Nos últimos anos, Portugal se estabeleceu como uma força crescente no ramo de biotecnologia, a partir da criação de um ecossistema de *startups*. Atualmente, o governo está planejando uma estratégia nacional de bioeconomia levando em consideração os mapas setoriais de base biológica e pretende fornecer suporte para as operações locais, regionais e nacionais.

A *Blue Bioeconomy* portuguesa é formada principalmente pela pesca para consumo e turismo. O

peixe compõe cerca de 37% dos recursos utilizados, sendo os outros produtos usados nas bactérias (17%), microalgas (16%) e macroalgas (15%). Entre 2013 e 2016, o setor cresceu 13%, enquanto o PIB de Portugal aumentou 12%, constituindo as melhores performances da pescaria, aquicultura, portos, remessa e construção naval. Desde 2015, o governo reconhece essa relevância, considerando que na Estratégia de Especialização Inteligente, relatório definindo prioridades para a criação de vantagens competitivas, considera-se aspectos da bioeconomia azul em todos os eixos destacados. A importância dos recursos marítimos tende a aumentar caso a ONU aprove a extensão da plataforma continental, ocupando áreas com um potencial de riqueza minerais. Essa ampliação formaria um território de 3,8 milhões de quilômetros quadrados, onde apenas 3% do total seria terrestre.

Portanto, nos próximos anos Portugal se tornará uma das principais potências na bioeconomia. O governo português está se preparando com planos econômicos focados em biotecnologia e bioindústrias. Nessa transição, os recursos marítimos têm uma grande importância estratégica, principalmente com os projetos da extensão da plataforma continental.

DOI 10.21544/2446-7014.n134.p08.

Território sírio no meio de uma guerra entre Israel e Irã

Dominique Marques e Adel Bakkour

A Síria tornou-se um verdadeiro tabuleiro para movimentos estrangeiros de disputa de poder na região. Somente no mês de fevereiro, Israel realizou dois ataques partindo das Colinas de Golã na Síria com intuito de combater alvos iranianos, especialmente o Hezbollah. Estas ofensivas são recorrentes, tendo ocorrido aproximadamente 350 ataques de 2013 até 2021. Em 2019, Aviv Kochavi, chefe do Estado-Maior da Força de Defesa de Israel, mencionou que os ataques israelenses com mísseis na Síria previnem e retardam o entrincheiramento do Irã, impedindo que o país estabeleça uma base militar em suas fronteiras. De que maneira a presença iraniana e israelense afetam a estabilidade política da Síria?

O Irã utiliza Síria e Iraque como passagem para entregar armamentos ao Hezbollah no Líbano, além de transferir armamentos e equipamentos para o interior da Síria, especialmente após as explosões em Beirute em 2020. Assim, as rotas terrestres passaram a ser mais utilizadas como uma rota alternativa para estas transferências. O Hezbollah nasceu na Guerra Civil do Líbano (1982) contra a ocupação de tropas israelenses no

país, que apoiavam os cristãos e, portanto, contra o apoio dos muçulmanos aos palestinos. Hoje, o Hezbollah segue apoiado pelo Irã, também xiita, atuando contra Israel mesmo após o conflito.

Cabe lembrar que Israel é uma potência regional com apoio estadunidense e que o Irã é o país que mais recebe sanções e represálias vindas dos EUA em todo o mundo. Além disso, Israel é um Estado constituído e localizado geograficamente em meio a países árabes, uma questão de peso desde a sua formação. Com isso, suas relações dentro da região são dificultosas, especialmente quando o país demonstra interesse de se tornar uma potência regional.

Temos, portanto, dois países isolados em termos de capacidade diplomática e que se utilizam da fraqueza do território sírio para exercer suas lutas por poder. As consequências desta geopolítica acabam por recair sobre a Síria, em guerra desde 2011 e sofrendo com disputas entre potências estrangeiras dentro do seu território, dada a falta de uma forte representação política central advinda da própria situação instável.

Alvos bombardeados por Israel



As Ilhas Curilas e o fim da II Guerra Mundial

Pedro Martins

A resolução da disputa entre Rússia e Japão pelas Ilhas Curilas apresenta variados desafios de ordem jurídica, econômica e geopolítica. As ilhas Curilas vão da Península russa de Kamtchaka até a ilha japonesa de Hokkaido e as disputas por seu domínio remontam a própria definição de fronteiras entre Moscou e Tóquio durante o século XIX. Após a II Guerra Mundial, a União Soviética conquistou as quatro ilhas mais ao sul do arquipélago e, durante a Guerra Fria (1947-1991), uma tentativa de resolução foi feita pela Declaração Conjunta soviético-japonesa, que previa a concessão de duas das quatro ilhas em disputa para o Japão como parte da normalização das relações entre os dois países. Entretanto, o governo japonês ainda pleiteia a totalidade das quatro ilhas em disputa, alimentando o embate. Por que o território é tão importante a ponto de não se permitir um encerramento desse conflito de décadas?

Há diversos fatores que explicariam essa questão, porém destaca-se não apenas a riqueza das Ilhas em termos de hidrocarbonetos, recursos minerais e de pesca, mas sua posição estratégica. O arquipélago das Curilas

é fisicamente próximo à sede da Esquadra do Pacífico da Marinha russa em Vladivostok. Assim, com temores de que, uma vez sob controle japonês, as ilhas passem a hospedar bases militares estadunidenses, a Rússia segue defendendo seu entorno, como também sua postura no tocante à Crimeia, incorporada em 2014. Para fortalecer essa posição juridicamente também houve mudanças constitucionais feitas pela Rússia em 2019, que dificultam a cessão de territórios para Estados estrangeiros.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, tem havido tentativas de negociação entre as partes. Em outubro de 2020, os dois países discutiram a construção de projetos econômicos conjuntos nas ilhas em disputa. E, no dia 15 de fevereiro, Katsunobo Kato, secretário-chefe do Gabinete japonês, afirmou a continuidade das negociações.

Porém, apesar de os dois lados terem declarado publicamente a intenção de manterem as rodadas de negociação, dados os variados interesses de ordem estratégica por trás de sua resolução, o impasse territorial provavelmente permanecerá.



A influência russa na África e no Oriente Médio e a base naval em Porto Sudão

Pérsio Glória de Paula

A nova postura de potência global russa acaba por requerer também uma expansão de sua presença naval além do Espaço pós-Soviético. A atuação do país na África e no Oriente Médio e a visita da fragata russa *Admiral Grigorovich* ao Porto Sudão no final de fevereiro de 2021 evidenciam essa situação. Estas regiões são geopolítica, diplomática e comercialmente importantes para a posição internacional de Moscou, com um intenso histórico de instabilidades políticas, mas demasiadamente distantes das fronteiras russas para uma projeção direta terrestre. Em dezembro de 2020, foi acordado entre Rússia e Sudão que Porto Sudão, situado nas margens do Mar Vermelho, receberia uma base naval russa ([Boletim 129](#)). Essa será a segunda base naval russa em território estrangeiro e a primeira na África desde o fim da União Soviética — a primeira fica em Tartus na Síria.

Além das questões logísticas e da importância das rotas comerciais e de trânsito, a posição da base também é estratégica por seus possíveis impactos diplomáticos e geopolíticos, já que, segundo as autoridades russas, ela também servirá para “assegurar a paz e a estabilidade na região”. Dado o sucesso na manutenção do governo de Bashar al-Assad na Síria a partir da atuação militar

russa no país, também amparada diretamente pelo poder naval, é possível ler a iniciativa no Sudão sob este mesmo prisma. O local é uma conexão inter-regional e a presença naval russa no Mar Vermelho é útil tanto para a consolidação da influência do país no Oriente Médio quanto para sustentar o esforço de aproximação aos países africanos.

Com mais de US\$ 6 bilhões em importações de armamentos em 2020, os países do Norte da África e do Oriente Médio formam um dos principais mercados de armamentos da Rússia, sendo o destino de quase 50% de todas as exportações de material de defesa do país. O acordo com o Sudão prevê também a possibilidade de trânsito de equipamentos militares, armamentos e suprimentos russos por outros portos e aeroportos sudaneses, o que pode permitir uma maior influência russa em outras áreas próximas, como a África Central e o Chifre da África.

O aumento da presença naval no Sudão também é, portanto, uma tentativa de Moscou fixar-se como um ator capaz de garantir a estabilidade política de possíveis parceiros e aliados, até mesmo frente a outras potências que atuam na região.



China-Paquistão: um relacionamento *win-win* no tabuleiro regional

Marina Corrêa e Philippe Alexandre

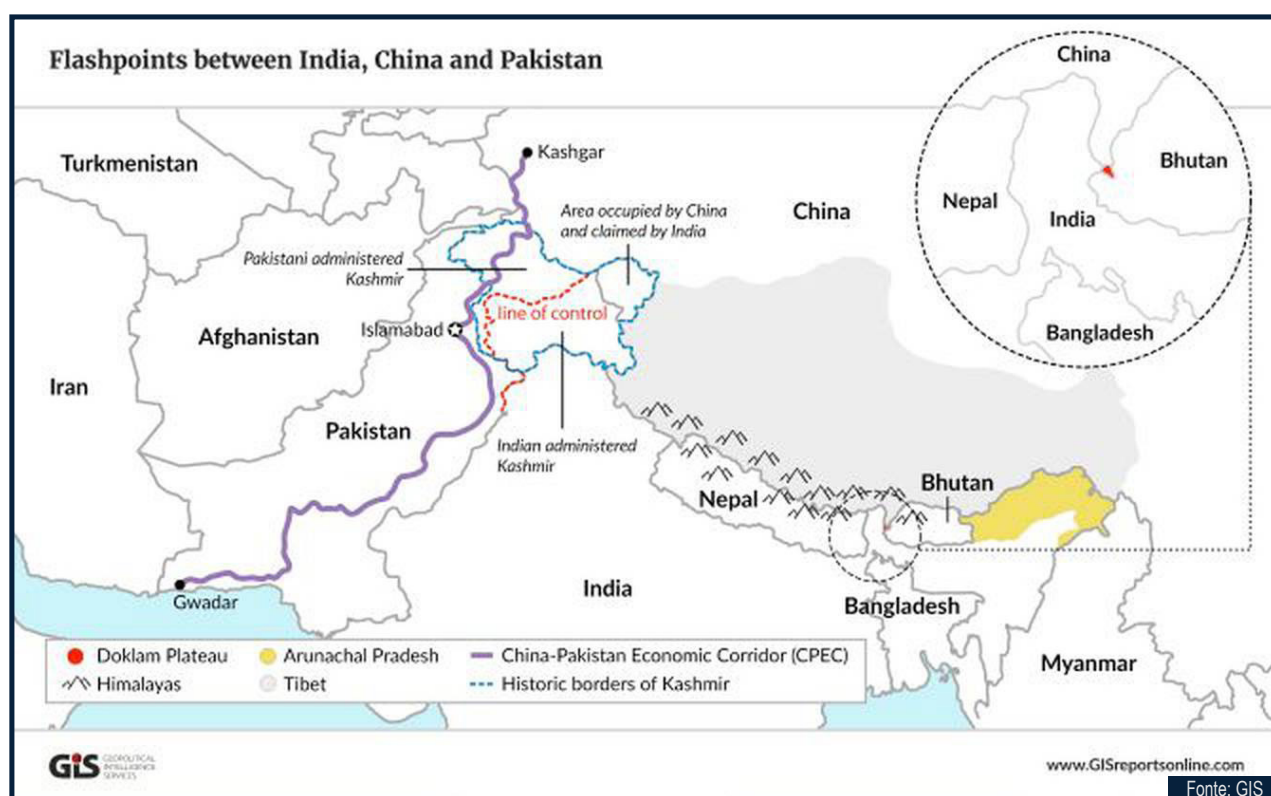
Desde 2013, com o projeto do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, sigla em inglês), estes dois países asiáticos conseguiram uma relação bilateral cada vez mais cooperativa e estreita. O presidente Xi Jinping esteve no país vizinho em 2015, ano em que foi assinado um acordo que expunha o orçamento para tal projeto, contabilizando US\$ 46 bilhões — orçamento constantemente revisto, e em 2020 foi reavaliado em aproximadamente US\$ 60 bilhões. Cabe questionar, portanto, para além dos laços econômicos, quais outras vantagens desta relação para ambos os países.

Desde 1951, as relações bilaterais entre estes países asiáticos têm permanecido firmes, mesmo quando o país muçulmano buscava consolidar-se como parceiro dos EUA e Mao Zedong, o modelo socialista pró-URSS. A Índia é o principal elemento de aliança entre Islamabad e Pequim. Nesse sentido, o Projeto CPEC, além de um importante catalisador para a economia paquistanesa, alavanca investimentos chineses em diferentes esferas como: modernização da infraestrutura em algumas regiões do país pleiteada pela Índia, geração e distribuição de energia. Também representa o desenvolvimento do porto (estratégico) de Gwadar, localizado próximo ao Estreito de Ormuz. Para mais, os investimentos atingem

o setor militar paquistanês, demonstrado através da realização de exercícios em conjunto e conversas de alto nível. A relação estratégica também se demonstra no espectro naval, tendo os programas de aquisição pelo Paquistão das novas fragatas F-22P, quatro navios *Type 054A/P* e oito submarinos classe *Hangor* como fortalecedores de tal relação.

Para a China, o Paquistão, além de ser um aliado estratégico histórico, representa também um mercado consumidor para as suas mercadorias. Mas não se restringe a isso, ambos também têm cooperado em matéria de segurança regional, no combate ao terrorismo. Ademais, o acesso ao território paquistanês permite aos chineses não dependerem das linhas de comunicação marítimas que perpassam o Mar do Sul da China e os radares indianos no Índico.

Assim sendo, nota-se que o Paquistão é um aliado importante para a China no Índico e nos Himalaias, da mesma forma que ela também é fundamental para o desenvolvimento econômico paquistanês, e, conseqüentemente, da sua Marinha. Para além da economia, que resultou atualmente no CPEC, as relações sino-paquistanesas pautam-se pela geopolítica; com reflexos no mar.



Perspectivas para o orçamento de Defesa indiano

Rebeca Leite

Apesar da desaceleração no crescimento econômico devido, sobretudo, à pandemia da COVID-19, a dotação orçamentária para o Ministério da Defesa da Índia aumentou em 1,4%. Para além do número em si, pode-se destacar algumas mudanças quanto ao uso deste montante, diante dos desafios geopolíticos que a Índia enfrenta no seu entorno estratégico. Em face de uma China cada vez mais assertiva no Oceano Índico e nos demais países que seriam zonas naturais de influência indiana, o orçamento de Defesa para 2021-22 traduz o desejo de Nova Délhi de equilibrar esta realidade.

Em fevereiro de 2021, o Parlamento indiano aprovou o Orçamento da União para o novo ano fiscal, no qual os fundos de capital destinados à modernização das Forças Armadas indicam um aumento de 18,75%. O foco em modernização está presente nas despesas previstas para a Força Aérea e para a Marinha, ao passo que para o Exército planeja-se investir em novos veículos pesados. Caracterizados como “outros equipamentos”, estão discriminados alocação de recursos para a compra de mísseis, sistema de defesa aérea, armas e munições.

O objetivo primordial dos indianos, sem dúvida,

é a otimização dos recursos diante de um orçamento limitado. Isto porque no último ano fiscal, devido ao longo período de hostilidade com a China na fronteira, foi necessária a aquisição de equipamentos em caráter de emergência, o que configura custos mais altos. Por isso, muito se fala em uma nova direção do plano de Defesa na Índia, desde a iniciativa *Make in India*, cujo objetivo é fomentar a manufatura no setor de Defesa, até um planejamento eficaz diante do contexto geopolítico em que o país está inserido.

Dessa forma, para 2021-22, a estratégia de segurança da Índia propõe adotar novas tecnologias, compreendendo o conceito de guerras da nova geração. Isto significa aprimorar as capacidades de guerra eletrônica, buscar alternativas para sistema de defesa aérea de curto alcance, fazendo disto uma força letal diante de seus inimigos. Em razão disso, pode-se dizer que o aumento na despesa de capital, apesar do impacto negativo da pandemia, sinaliza as prioridades do governo de Narendra Modi: tentar contrabalançar a ameaça chinesa e seu expressivo orçamento militar.

DOI 10.21544/2446-7014.n134.p13.

SUDESTE ASIÁTICO

Dificuldades de reaproximação dos EUA no Sudeste da Ásia

Matheus Bruno Pereira

Após anos com sua participação desgastada na região, os EUA voltam a se tornar um ator tangível para a colaboração no Sudeste da Ásia em contraposição à China. A reação vem como resposta a eleição de Joe Biden como presidente. O ISEAS (*Institute Of Southeast Asian Studies*), por meio de sua pesquisa anual envolvendo analistas, acadêmicos e autoridades governamentais, demonstra que a maioria deles preferiria um alinhamento aos EUA em detrimento à China. Mas a possibilidade do bloco da ASEAN escapar da influência regional de Pequim parece se tornar cada vez mais distante.

Em seu artigo na *Foreign Affairs*, o diplomata Kurt Campbell, que retorna à Casa Branca para liderar a política de Washington para Ásia, explicita a necessidade de acabar com a ambivalência dos EUA da era Trump, para enfim combater a assertividade da China na Ásia.

Desse modo, o país norte-americano poderia incrementar a dissuasão na região, visando proporcionar equilíbrio no continente asiático.

Apesar de mencionar formas de remediar a situação em aspectos militares, é sabido que a questão econômica também tem peso sobre a relação da ASEAN com a China, a qual gera o dobro do comércio ASEAN-EUA (em torno de US\$ 600 bilhões). Nesse sentido, quanto ao investimento direto estrangeiro no Sudeste da Ásia, os EUA possuem uma fatia maior que a da China. Esse fator é crucial para os países da ASEAN, que possuem uma mão de obra especializada ascendente em diversos setores, além de ter boa parte de sua economia movida por pequenas e médias empresas. Essa medida somada ao retorno do país ao *Trans-Pacific Partnership* (TPP, sigla em inglês) poderia auxiliar a retomada de um *momentum* »

estadunidense para a região.

Assim, a expectativa com o novo governo estadunidense ainda se mantém de pé. Para Washington, não será fácil contrabalançar Pequim de forma imediata, mas o aspecto firme demonstrado por Campbell aparenta demonstrar um novo período para as relações ASEAN-EUA. Contudo, apenas a aproximação

diplomática não é suficiente, assim como não somente a militar, mas sim uma união estratégica e equilibrada entre as duas primeiras com a econômica. Afinal, não só os EUA percebem o avanço chinês sobre o Sudeste da Ásia, como os próprios países regionais, que demonstram precisar de um contrapeso à altura.



DOI 10.21544/2446-7014.n134.p13-14.

Mudanças na política de defesa da Indonésia

Iasmin Gabriele Nascimento

A Indonésia é hoje considerada uma das nações centrais do Sudeste Asiático e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), além de integrar o G20. Suas ações, especialmente no Mar do Sul da China, exercem grande impacto na dinâmica política e militar da região. Recentemente, o governo indonésio divulgou mudanças em sua política de defesa nacional, criando um componente de reserva nas Forças Armadas do país, o que instiga um questionamento: até que ponto as transformações no setor militar da Indonésia vão afetar a geopolítica do Sudeste Asiático?

O presidente Joko Widodo, em janeiro de 2021, emitiu um regulamento que implementa a Lei Nacional 23 sobre Gestão de Recursos Nacionais para a Defesa

da Nação. Dentre as alterações, houve a criação de um “exército de reserva”, o KOMCAD, que servirá a missões aéreas, terrestres e marítimas, quando for requisitado. O KOMCAD contará com cerca de 25 mil reservistas e será financiado pelas esferas nacionais e regionais. Para entrar em vigor, o plano ainda precisa da aprovação do Legislativo. A medida, no entanto, incita debates acerca da militarização da sociedade e sobre a possível extensão de poder das Forças Armadas na política civil.

Por um lado, vale ressaltar as preocupações com a economia indonésia ([Boletim 126](#)) — o PIB do país recuou cerca de 2% no ano passado por conta da pandemia, o que não ocorria há mais de duas décadas. Por outro, fortalecer as Forças Armadas ajudaria na garantia >>

de sua soberania, o que é uma preocupação do setor militar indonésio. No Mar do Sul da China, por exemplo, há a tendência de escalada de conflitos principalmente com a China — a nova lei da guarda costeira do gigante asiático pode provocar atritos na região das Ilhas Natuna, que estão em águas territoriais indonésias.

Como dito no [Boletim 129](#), as medidas tomadas pela Indonésia repercutem no Sudeste Asiático e na ASEAN

— que tem na Indonésia seu membro mais influente. Reafirmar suas posições, garantir sua soberania e trabalhar em seu posicionamento enquanto país emergente e uma das maiores economias do mundo atinge, ainda que indiretamente, as nações amigas ao seu redor em vários níveis, dependendo de seu nível de relações bilaterais. Resta aguardar, portanto, para saber quais serão os próximos passos do presidente Widodo.



DOI 10.21544/2446-7014.n134.p14-15.

TEMAS ESPECIAIS

Os desafios trazidos pelas armas letais autônomas

Ariane Francisco

Enquanto o desenvolvimento tecnológico beneficia e modifica todas as esferas da vida humana, dentro das áreas de defesa e segurança internacional e dos países, nem sempre seu uso produz resultados positivos, mesmo quando seus objetivos são alcançados — maior exemplo da história contemporânea: as bombas atômicas. Podemos dizer que uma discussão similar pode ser levada em conta com o desenvolvimento e uso de armas letais autônomas. Entregar a decisão sobre a distinção entre civis e combatentes baseada em parâmetros previamente determinados a uma máquina, seria realmente “infallível”, como muitos argumentam? Como imbuir em uma máquina parâmetros éticos e de regras de combate previstos no direito internacional humanitário? Uma máquina entenderia uma redenção?

Em janeiro de 2021, o *think-tank* governamental estadunidense *National Security Commission on Artificial Intelligence* (NSCAI) apresentou o rascunho de um relatório ao Congresso apoiando o desenvolvimento da tecnologia e sugerindo que o país não adote o banimento do uso dessas armas. Robert Work, o vice-presidente da Comissão, disse, ainda, que haveria um “imperativo moral” na testagem das mesmas no que concerne à sua eficiência relacionada à problemática dos alvos e na potencial queda no número de casualidades nos conflitos

que a mesma traria.

No que concerne à distinção entre civis e combatentes, a programação, sistemas operacionais e algoritmos seriam construídos a partir de pré-conceitos humanos, potencialmente viesados e, uma vez lançados, sem a presença de um “mediador” — outro oficial, ou até mesmo um controlador que possa anular a decisão tomada pela máquina (como no caso das armas semiautônomas) — esse viés seria reproduzido na ação da máquina. Já em relação ao número de casualidades, analistas argumentam que o contrário poderia acontecer: com decisões tomadas automaticamente, e em grande velocidade, existiria uma real possibilidade de escalada dos conflitos, que, juntamente à corrida armamentista, poderiam causar resultados catastróficos para o sistema internacional.

O desenvolvimento de armas autônomas representa um novo capítulo na atuação, estratégia e inserção dos setores de defesa nacionais ([Boletim 129](#)). O uso de armas letais autônomas poderá causar uma mudança irreversível ao teatro de operações, conflitos e até mesmo para os setores de segurança pública dos países. Assim, as guerras contemporâneas passam, mais do que nunca, por questionamentos éticos, de influência, *accountability* e responsabilidade de cada um dos países.

DOI 10.21544/2446-7014.n134.p15.

- ▶ [NEW UK-US Aligment Can Reshape Transatlantic Cooperation](#)
CHATHAM HOUSE, Leslie Vinjamuri e Hans Kundnani
- ▶ [From the geography of politics to the politics of geography](#)
RESEARCH GATE, Stefano Guzzini
- ▶ [The US, Iran and Bargaining Positions](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Building an Enduring Peace in Yemen](#)
RAND, Daniel Egel, Trevor Johnston, Ashley L. Rhoades e Eric Robinson
- ▶ [Understanding China's 2021 Defense Budget](#)
CSIS, Bonnie S. Glaser, Matthew P. Funaiole, Bonnie Chan e Brian Hart
- ▶ [China's military enablers benefit from sustained investment](#)
IISS, Nick Childs e Douglas Barrie
- ▶ [Great-Power Competition is Coming to Africa](#)
FOREIGN AFFAIRS, Marcus Hicks, Kyle Atwell e Dan Collini
- ▶ [How Russia is Responding to Joe Biden's Syria AirStrike](#)
THE WASHINGTON INSTITUTE, Anna Borshchevskaya

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

MARÇO

ABRIL

- 01-31** Mês de Exercícios militares da China (Mar do Sul da China)
- 03-27** Exercício anual aéreo multinacional Desert Flag VI (Emirados Árabes Unidos)
- 11** Comissão de Comércio do MERCOSUL (vídeoconferência)
- 17** Eleições gerais na Holanda
- 21** Eleições presidenciais na República do Congo
- 23** Eleições parlamentares em Israel
- 25-26** Reunião do Conselho Europeu
- 26** Reunião do MERCOSUL e celebração dos 30 anos do bloco (Buenos Aires, Argentina)

- 9-11** Reunião do FMI e Banco Mundial (videoconferência)
- 11** Eleições Gerais no Peru
- 11** Eleições municipais e Convenção Constitucional no Chile
- 11** Segundo turno das eleições presidenciais no Equador
- 27-28** Federal Reserve meeting (Estados Unidos)

- **A responsabilidade marítima chilena**

GARCÍA, Nicolás. [Chile implementará radares y drones para mejorar el control en el área marítima](#). **Infodefensa**, Valparaíso, 01 mar. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

PAVEZ ROSALES, Lucas. [La responsabilidad oceánica de Chile: ideas para una política exterior marítima vinculada al desarrollo sostenible](#). **Revista Relaciones Internacionales**, La Plata, 22 dez. 2020. Acesso em: 05 mar. 2021.

- **A visão estratégica do governo Biden para a segurança**

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Interim National Security Strategic Guidance](#). Washington, 03 mar. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

MEHTA, Aaron. [Biden national security guidance calls to increase diplomacy, downplay nukes, end Afghanistan conflict](#). **Defense News**, Tysons, 03 mar. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

- **O protagonismo da União Europeia na segurança marítima do Golfo da Guiné**

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. [Council Conclusions launching the pilot case of the Coordinated Maritime Presences concept in the Gulf of Guinea](#). Bruxelas, 25 jan. 2021. Acesso em: 03 mar. 2021.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; WALKER, Timothy; REVA, Denys. [Gulf of Guinea piracy: a symptom, not a cause, of insecurity](#). **ISS Africa**, Pretoria, 10 fev. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

- **A Estratégia Indo-Pacífico da França e o Mar do Sul da China**

WANG, Amber. [South China Sea: how the French navy is charting its own course between China and the US](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 27 fev. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.

LAGNEAU, Laurent. [Cap vers la mer de Chine pour la mission Jeanne d'Arc 2021](#). **OPEX 360**, Saint-Priest-Sous-Aixe, 20 fev. 2021. Acesso em: 06 mar. 2021.

- **Portugal e a relevância do mar para sua transição bioeconômica**

LUSA. [Portugal em "posição privilegiada" no processo de transição para a bioeconomia na Europa](#). **RTP Notícias**, Lisboa, 25 fev. 2021. Acesso em: 28 fev. 2021.

VASCONCELOS, V.; SILVA, J.; MOREIRA, S. [Blue Bioeconomy Roadmap for Portugal](#). **CIIMAR**, Matosinhos, 2019. Acesso em: 05 mar. 2021.

- **Território sírio no meio de uma guerra entre Israel e Irã**

[Syria war: Suspected Israeli strikes on Iran-linked targets 'kill dozens'](#). **BBC News**, Londres, 13 jan. 2021. Acesso em: 19 fev. 2021.

[Syria says Israel attacked areas around southern Damascus](#). **Al Jazeera**, Doha, 01 mar. 2021. Acesso em: 03 mar. 2021.

- **As Ilhas Curilas e o fim da II Guerra Mundial**

MIKOVIC, Nikola. [Why Russia wil not return the Kuril Islands to Japan](#). **The Interpreter**, Sydney, 17 nov. 2020. Acesso em: 04 mar. 2021.

[Russia & Japan could finally sign WWII Peace deal as Tokyo says it is ready to continue negotiations over disputed Kuril Islands](#). **RT**, Moscou, 15 fev. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

- **A influência russa na África e no Oriente Médio e a base naval em Porto Sudão**

[Russia's military exports to Middle East and North Africa hit \\$6 bln](#). **Tass**, Moscou, 21 fev. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.

[U.S., Russia Warships Dock in Strategic Sudan Port](#). **The Moscow Times**, Moscou, 01 mar. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.

- **China-Paquistão: um relacionamento win-win no tabuleiro regional**

XUANZUN, Liu; YUANDAN, Guo. [China, Pakistan strength naval collaboration with arms procurement: Pakistan Navy chief](#). **Globaltimes**, Pequim, 08 fev. 2021. Acesso em: 06 mar. 2021.

GOVERNO DO PAQUISTÃO. [China Pakistan Economic Corridor](#). Islamabad. Acesso em: 06 mar. 2021.

- **Perspectivas para o orçamento de Defesa indiano**

RAJAGOPALAN, R. P. [Amid China Concerns, India Boosts Defense Budget](#). **The Diplomat**, Washington, 17 fev. 2021. Acesso em: 02 mar. 2021.

PANT, H. V. [India's Defence Budgeting Strives to Chart a New Course](#). **Observer Research Foundation**, Nova Delhi, 05 fev. 2021. Acesso em: 03 mar. 2021.

- **Dificuldades de reaproximação dos EUA no Sudeste da Ásia**

CAMPBELL, Kurt M. e DOSHI, Rush. [How America Can Shore Up Asian Order](#). **Foreign Affairs**, Nova Iorque, 12 jan. 2021. Acesso em: 18 fev. 2021.

YEUNG, Karen. [US 'neglect' drives Asean towards China in superpower economic rivalry, analysts say](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 17 fev. 2021. Acesso em: 19 fev. 2021.

- **Mudanças na política de defesa da Indonésia**

LISCHIN, Luke. [Indonesia's Military Gets New Reserve Component](#). **The Diplomat**, Washington, 10 fev. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

YUNIAR, Resty Woro. [Indonesia flags unease over Beijing's South China Sea actions in comments from maritime security chief, army staff college](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 05 fev. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

- **Os desafios trazidos pelas armas letais autônomas**

DASTIN, Jeffrey; DAVE, Paresh. [U.S. commission cites 'moral imperative' to explore AI weapons](#). **Reuters**, Londres, 26 jan. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.

[75th UN Assembly. Campaign to Stop Killer Robots](#), [s.l.], 30 out. 2020. Acesso em: 05 mar. 2021.

Capa: [NRP Setúbal. Marinha de Portugal](#). (Capa própria elaborada com Map Chart).

Por: Marinha de Portugal

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha

agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e mortos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os países com maior número de infectados, e os países com maior número de infectados na África e na Oceania de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Nigeria: 14 kidnapped sailors rescued in Gulf of Guinea](#). Anadolu Agency, 07 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [US to Yemen’s Houthis: Stop attacking, start negotiating](#). Al Jazeera, 09 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- LÍBANO — Crise estrutural: [Lebanese president calls on army to prevent protesters blocking roads](#). Arab News, 09 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [3 Venezuelans plead guilty for aiding anti-Maduro plot](#). AP News, 05 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Ethiopia's Tigray region: War behind a 'steel wall'](#). DW, 01 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambique: Govt forces, private firms, fighters accused of war crimes](#). Africa News, 02 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar protest crackdown moves to new urban phase](#). Nikkei Asia, 09 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- AFEGANISTÃO — Instabilidade regional: [Blinken Proposes New Steps to Peace, Keeps May 1st Pullout Option](#). Tolo News, 07 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [Lukashenka: There Will Be 'No Transfer Of Power' in Belarus](#). Radio Free Europe, 02 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.
- FRONTEIRA ENTRE ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de Nagorno-Karabakh: [Post-](#)

[war report: Armenia accuses Azerbaijan of dragging feet on POWs](#). Eurasianet, 05 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• LÍBIA — Escalada da guerra civil: [Libya peace process threatened by vote-buying allegations](#). Middle East Eye, 02 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Avanço chinês sobre as regiões: [Chinese military in South China Sea landing drill as Taiwan tension persists](#). US - China Relations, 04 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [Greece deployed assault boat to Kastellorizo, Defense Ministry says](#). Daily Sabah, 08 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• SENEGAL — Instabilidade Política: [Sénégal : Ousmane Sonko remis en liberté sous contrôle judiciaire](#). Jeune Afrique, 08 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Thousands flee rebel violence in Central African Republic](#). AP News, 01 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

► MONITORAMENTO:

• FRONTEIRA SINO-INDIANA — Impasse na ALC: [China Gives Its PLA Army Commander On India Border A Plum Political Post; Planning Drones](#). Republic World, 02 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• GEÓRGIA — Protestos da Oposição: [Georgia's Political Crisis Puts Its Democratic Future in Doubt](#). World Politics Revie, 08 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• HAITI — Crise Institucional: [Nous n'avons pas un problème de constitution, mais de gouvernance](#). Le Nouvelliste, 08 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• PARAGUAI — Crise Política: [Coronavirus: Paraguay president dismisses ministers](#). BBC, 07 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• RÚSSIA — Instabilidade Política: [Poverty and Passivity: Are New Protests Expected in the Russian Regions?](#) The Jamestown Foundation, 08 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• SOMÁLIA — Instabilidade Eleitoral: [Somalia: UN, African Union offices hit in Mogadishu](#). Anadolu Agency, 09 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [Ukraine Calls for help to Calm Frontline 'Escalation'](#). The Moscow Times, 05 mar. 2021. Acesso em: 09 mar. 2021.